



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1591893 - SE (2019/0291246-4)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : F F DE C B
AGRAVANTE : F F DE C B
AGRAVANTE : J DE C B
AGRAVANTE : M C DE C B
AGRAVANTE : O C B F
AGRAVANTE : R C A O A
AGRAVANTE : V L V B
ADVOGADO : ANDRÉ RIBEIRO LEITE E OUTRO(S) - SE003717
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal.

Ação: de embargos à execução ajuizada por F F DE C B e OUTROS em face do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE na qual requer a reunião de execuções, ante a conexão das ações, o reconhecimento do excesso de execução.

Decisão de admissibilidade do TJ/SE: inadmitiu recurso especial em virtude: i) da incidência da Súmula 7/STJ quanto à prescrição; e ii) da aplicação da Súmula 83/STJ no tocante à responsabilidade dos herdeiros pelas dívidas do falecido.

ARESP de F F DE C B e OUTROS: não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade da Súmula 83/STJ.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/2015.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar

na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora